

Vítima de abuso pode ter prazo maior para processar agressor

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que altera a prescrição de crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Pela proposta, o prazo de prescrição começa a ser contado no dia em que a vítima completar 18 anos, e não mais a partir da data da prática do crime. **2**



A nadadora Joanna Maranhão (2ª à dir) acompanha a reunião em que os senadores aprovaram a proposta

José Cruz



Arns (E), Casagrande, Azeredo e Demostenes (de costas) ouvem críticas de Heráclito (D) sobre a política externa brasileira

Polêmica impede votação de repúdio a ação hondurenha

O Plenário do Senado não chegou a acordo ontem à noite e deixou de examinar um voto de censura e repúdio ao cerco militar à embaixada brasileira em Honduras, onde está abrigado o pre-

sidente deposto daquele país, Manuel Zelaya. Alguns senadores advertiram que o requerimento representaria um apoio indireto à atitude do governo no episódio, criticada pelos opositores. **4 e 5**

Congresso aprova R\$ 1 bi para municípios

Verba deve aliviar caixa das prefeituras, afetado por queda nos repasses do FPM em decorrência da crise econômica

Um crédito especial de R\$ 1 bilhão, aprovado ontem pelo Congresso Nacional, vai apoiar financeiramente as prefeituras, afetadas pela redução nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O Congresso aprovou ainda dez projetos de créditos suplementares, totalizando cerca de R\$ 1,5 bilhão, para vários ministérios. Foi acolhido também o projeto que abre crédito especial de R\$ 2,1 bilhões para a construção de submarino a propulsão nuclear da Marinha brasileira. **3**

Alimentação de qualidade deve se tornar política pública

Proposta que institui a Política Nacional de Abastecimento (PNA) foi aprovada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional

e Turismo. A PNA, segundo o projeto, tem três objetivos: ampliar o acesso da população a alimentos de qualidade, promover

a alimentação saudável e valorizar formas sustentáveis de produção e comercialização de alimentos. **8**

Senadores ouvem proposta sueca sobre caças

Secretário de Defesa da Suécia e representantes da Saab devem falar em audiência marcada por duas comissões do Senado. **6**



Plenário acolhe indicação de Toffoli para o Supremo

O Senado aprovou ontem à noite a indicação de José Antonio Dias Toffoli para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A confirmação ocorreu após mais de oito horas de sabatina na Comissão de Constituição e Justiça. Ele prometeu ser isento e imparcial e disse que seus compromissos serão com a Constituição. **4**

TCU entrega a Sarney pedido de paralisação de obras

Documento que consolida situação de 219 obras federais recomenda a paralisação de 41 delas, das quais 13 do PAC. **7**

Fotografias

Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto da chamada Lei Joanna Maranhão, que muda prescrição do crime de pedofilia, a ser contada a partir da data em que a vítima completa 18 anos

Vítima de abuso sexual pode ter mais tempo para processar agressor

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, projeto que altera a prescrição de crimes sexuais contra crianças e adolescentes. A contagem do prazo deixa de ocorrer a partir do dia em que se consumou o crime para ser considerada a partir da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal. Com isso, a vítima de crime sexual na infância ou adolescência pode ganhar mais tempo depois de chegar à maioria para processar o abusador.

A proposta (PLS 234/09) foi denominada Lei Joanna Maranhão, em homenagem à nadadora que denunciou seu treinador por abuso sexual. Joanna estava presente à reunião e foi convidada pelo presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), a compor a mesa enquanto a matéria estava sendo votada. Depois que ela trouxe sua história a público, diversas vítimas de abuso sexual na infância se sentiram estimuladas a fazer o mesmo. Entre elas, estão duas nadadoras que afirmaram ter sofrido abuso praticado pelo mesmo treinador. Mesmo assim, ele ficou a salvo de processo porque já havia esgotado o prazo para a ação, situação que o projeto, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, pretende dificultar.

O entendimento é de que, alcançando a maioria, a vítima ganha condições de agir por conta própria. Com prazo maior, poderá levar o caso à Justiça se até então não tiver sido proposta a ação. Como observado na justificativa do projeto, muitas vezes a ação deixa de ser registrada ainda na menoridade da vítima porque os responsáveis por ela ignoram os fatos ou são eles próprios os autores do abuso. Ao defender a aprovação da matéria, o relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), argumenta que o autor, quando pai, padrasto ou outro membro da família, exerce sobre a vítima "temor referencial" que a impede de revelar o episódio.

A matéria agora irá a Plenário, seguindo depois para Câmara dos Deputados, se confirmada sua aprovação final no Senado. Para Magno Malta (PR-ES),



Francisco Dornelles (E), Terezinha Maranhão, Demostenes, Joanna e Magno Malta na reunião da CPI

que preside a CPI da Pedofilia, a aprovação pela CCJ já representa um marco histórico. Ele disse que a instalação da CPI funcionou como um "catalisador" do drama associado aos crimes sexuais contra menores no país. Segundo o parlamentar, chegaram à comissão centenas de denúncias, muitas já fora de tempo para os processos, mas a mudança no Código Penal poderá mudar esse quadro daqui para frente.

– As pessoas se encorajam e, a partir de agora, elas poderão ter mais facilidade para se livrar de seus monstros – disse Magno Malta.

Processo

O caso de Joanna Maranhão tornou-se emblemático pelo curso que os acontecimentos tomaram desde a denúncia. É o acusado que hoje está processando a nadadora e sua mãe, Terezinha Maranhão, que também compareceu à CCJ. Demitido do emprego depois da denúncia, o treinador cobra indenização por danos morais e materiais. Senadores de todos os partidos destacaram a coragem de Joanna em divulgar sua história e foram solidários com ela e a mãe pela luta que enfrentam agora na Justiça.

Ao agradecer as homenagens, Joanna disse que trouxe sua história a público sem intenção de cultivar o papel de vítima. Com a iniciativa, ela disse que se sentiu mais forte para superar os fatos

passados e que se sente recompensada ao constatar que muitas mulheres se viram estimuladas a agir do mesmo modo. Também se disse gratificada em ver o avanço da proposta que altera as regras de prescrição para os crimes sexuais contra menores, que vem ajudando a divulgar.

– Se foi preciso estar agora respondendo a processo, não importa, pois o bem maior está sendo feito – comentou a nadadora.

Emenda sugerida por Demostenes Torres, na reunião, atualizou o texto, para buscar coerência com alterações recentes no Código Penal. O novo trecho incluído, para tratar do início da prescrição, passa a fazer referência a crimes contra a "dignidade" sexual das crianças e adolescentes, e não de "liberdade" sexual dos menores. Dessa maneira, afirmou Demostenes, o alcance da norma é também ampliado.

Cumprimentos pela importância da Lei Joanna Maranhão foram apresentados pelos senadores Lúcia Vânia (PSDB-GO), Kátia Abreu (DEM-TO), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Renan Calheiros (PMDB-AL), Romeu Tuma (PTB-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Renato Casagrande (PSB-ES), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Agripino (DEM-RN), Francisco Dornelles (PP-RJ), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Romero Jucá (PMDB-RR).

Magno Malta: proposta "fecha ciclo de impunidade"

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta, comemorou em Plenário a aprovação na CCJ do projeto que altera regra de prescrição para esse tipo de crime, que passa a ser contada a partir do dia em que a vítima completar 18 anos.

Com a mudança, explicou o senador, a própria vítima poderá fazer a denúncia quando se sentir preparada para tanto, o que, a seu ver, "fechará um ciclo de impunidade".

A nova norma vem sendo chamada de Lei Joanna Maranhão, em referência à nadadora que denunciou seu treinador.

Policiais legislativos concluem curso da Swat

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem sete policiais legislativos que concluíram o 11º Curso Swat, desenvolvido por alguns dos melhores departamentos policiais do mundo, como Dallas Swat, Austin Swat e Bope, do Rio de Janeiro. O curso ofereceu instrução a 150 policiais do Brasil e de cinco outros países.

Acompanhados do diretor da Polícia Legislativa do Senado, Pedro Ricardo Araújo, foram homenageados, na Presidência do Senado, Vanessa Moreira, Marcus Reis, Thiago Luiz, Adriano Paiva, Claudio Hilário, André Medeiros e Jorge Bonfim.

Em acareação, prefeito nega acusações de assédio e abuso

Durante a 57ª reunião da CPI da Pedofilia, ontem, o prefeito do município de Sebastião Barros (PI), Geraldo Eustáquio Machado, alegou ser inocente das acusações de ter abusado de duas crianças da região. Geraldo Machado e sua esposa, Maria José Eustáquio Machado, passaram por acareação com os pais e mães das crianças perante os senadores do colegiado. Os acusadores reafirmaram as denúncias.

O vereador e presidente da Câmara Municipal de Corrente (PI), Raimundo Augusto da Silva Vieira, e sua esposa, Jane Mere Soschinske Vieira, acusam Geraldo Machado de assediar a filha deles, de 8 anos. E o vereador e presidente da Câmara Municipal de Sebastião Barros, Joedson Lobato do Amaral, e sua esposa, Versuman Sena Amaral, também acusam o prefeito de assédio e abuso contra a filha deles, de 10 anos.

O presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), informou que as crianças foram ouvidas por uma psicóloga forense, cujo relatório aponta existirem "fortes indícios" de que falaram a verdade. O senador informou que toda a investigação feita pela CPI será enviada para o Ministério Público.

A apuração desse caso foi uma das motivações para a prorrogação da CPI, que tinha o encerramento previsto para setembro, mas funcionará por mais 180 dias.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão especial comemora Dia do Farmacêutico

Às 11h, sessão especial para comemorar o Dia do Farmacêutico. Às 14h, tem início a sessão plenária. A pauta continua trancada pelo PLV 14/09, que visa fomentar as exportações, e o PLV 15/09, que autoriza concessão de subvenção econômica ao BNDES.

Diploma de jornalista em debate na CCJ

Em audiência, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina proposta de emenda à Constituição que trata da exigência do diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista. Entre os participantes, os presidentes da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo de Andrade; e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Slaviero.

Tarifas em ligação interurbana para provedor de internet

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realiza audiência, às 8h30, para examinar projeto sobre tarifas telefônicas nas ligações interurbanas feitas por meio de provedores de internet.

Suecos falam à CCT e CRE sobre licitação da FAB

Às 9h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebe o secretário da Defesa da Suécia, Hakan Nilsson, e o presidente da empresa sueca Saab, Ake Svensson, em audiência conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Às 14h30, a CRE recebe o almirante Edouard Guillaud e o embaixador da França, Antoine Pouillieute. Nesses encontros, será discutida a compra de aviões para a FAB.

CDH discute a situação dos negros no mercado de trabalho

Debate sobre o tema "O negro no mercado de trabalho" será realizado, às 10h, na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Entre os convidados, estão o ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos; e o procurador-geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, Otavio Lopes.

No Pratas da Casa, Ângela Brandão e grupo Marambaia

O projeto Pratas da Casa abre hoje a programação de outubro com show de Ângela Brandão e do grupo Marambaia, às 19h, no auditório do Interlegis.

Audiência sobre reforma do Código de Processo Penal

A Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal realiza debate às 10h. Estarão presentes, entre outros, os presidentes da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Sandro Avelar, e da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, Octavio Caldas Netto.

Valter Pereira defende reivindicações de prefeitos



Valter lê documento sobre reflexos da desoneração fiscal nos municípios

Documento produzido pela Confederação Nacional dos Municípios, no qual prefeitos de todo o país pedem a continuidade do repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, foi lido por Valter Pereira (PMDB-MS).

O texto *O reflexo da queda nas receitas na gestão municipal* foi divulgado no último dia 23, durante manifestação de prefeitos

em Brasília. Eles pedem que os repasses do FPM não sofram reduções em consequência de desonerações fiscais concedidas pela União. O senador lembrou que o presidente Lula assumiu o compromisso de repor as perdas decorrentes dessas desonerações, "mas apenas R\$ 1 bilhão foi liberado até agora".

O documento pede ainda a atenção do Congresso para diversas proposições, como a PEC dos Precatórios (PEC 351/09); a regulamentação de destinação de recursos para a saúde; mudanças na Lei das Licitações; alterações na atualização do valor do piso salarial do magistério público; instituição do Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária dos Municípios; e flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Valter Pereira lembrou que, em 23 de outubro, prefeitos de todo o Brasil realizarão o Dia Nacional da Defesa dos Municípios.

Sadi Cassol propõe suspensão de contrapartidas municipais

Sadi Cassol (PT-TO) defendeu a suspensão das contrapartidas em dinheiro exigidas dos municípios nos convênios com órgãos da administração federal.

Essa suspensão seria temporária e duraria enquanto a arrecadação dos municípios "apresentar comportamento de queda", explicou.

O senador afirmou que "todo o país está acompanhando a situação dramática por que passam as prefeituras devido às constantes quedas na arrecadação".

Ele ressaltou que a crise financeira internacional e as medidas adotadas pelo governo para combatê-la "repercutiram fortemente" nas transferências de recursos da União para estados e municípios – como é o caso do Fundo de Participação dos Municípios.

– As perdas de arrecadação



Cassol diz que perdas de arrecadação já ultrapassaram R\$ 6 bilhões

das prefeituras já ultrapassam R\$ 6 bilhões – declarou.

Para que sua sugestão seja comunicada ao governo federal, Sadi Cassol solicitou que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) informe o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a proposta.

CCJ aprova nova universidade federal no oeste do Pará

A criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão pretende beneficiar mais de 1 milhão de habitantes da região Norte.

A iniciativa consta de projeto (PLC 179/09) do Executivo relatado na CCJ por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A Ufopa seria criada a partir do desmembramento da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal Rural da Amazônia e terá sua sede em Santarém. O texto ainda será analisado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE).

Segundo Flexa Ribeiro, dos mais de 2.700 cursos de pós-graduação do Brasil, apenas 75 estão localizados na região Norte, a qual possui somente dois cursos de doutorado.

O senador disse que a nova instituição vai atuar no ensino universitário e também na pesquisa em extensão universitária, com natureza jurídica de autarquia e vinculada ao Ministério da Educação. O formato de atuação da universidade será diferenciado, em multicampi.

– A universidade aponta para um modelo de desenvolvimento sustentável, adequado às necessidades locais e à preservação do patrimônio ambiental brasileiro – disse.

A CCJ aprovou ainda, em turno suplementar, substitutivo de Romeu Tuma (PTB-SP) a projeto (PLS 476/03) de Gerson Camata (PMDB-ES) que estabelece punição por crimes que antecedem a prática de lavagem de dinheiro.

As duas proposições seguem agora para a Câmara dos Deputados.

Congresso aprova crédito especial reivindicado por prefeitos para cobrir redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios, afetado por desonerações fiscais



Sessão do Congresso, no Plenário da Câmara: aprovado segundo socorro financeiro da União às prefeituras este ano

Municípios ganham R\$ 1 bi para compensar perdas

O CONGRESSO NACIONAL aprovou ontem projeto (PLN 62/09) que abre crédito especial de R\$ 1 bilhão, no Orçamento da União, para socorrer as prefeituras afetadas por perdas com a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), afetado pela desaceleração econômica e pelas desonerações fiscais oferecidas pelo governo federal.

O crédito permitirá à União prestar o apoio financeiro no

exercício de 2009 no montante relativo à variação nominal negativa acumulada dos recursos repassados pelo FPM entre 2008 e 2009.

Na semana passada, mais de mil prefeitos realizaram mobilização no Congresso para pressionar pela aprovação do crédito e da Medida Provisória 462/09 – aprovada definitivamente na Câmara no dia 22 –, que autorizou o socorro financeiro da União.

O ministro do Planejamento,

Paulo Bernardo, lembra que o FPM é a principal fonte de recursos para muitos municípios e que, no primeiro semestre, já havia sido aberto outro crédito especial no valor de R\$ 1 bilhão para recompor perdas do fundo.

O Congresso aprovou ainda dez projetos de créditos suplementares, totalizando cerca de R\$ 1,5 bilhão, para os ministérios do Esporte, da Cultura, da Fazenda e de Minas e Energia, entre outros.

Crédito para construção de submarino nuclear

Projeto que abre crédito especial para construção de submarino a propulsão nuclear da Marinha brasileira foi aprovado pelo Congresso. São R\$ 2,1 bilhões, a serem investidos também na construção de quatro submarinos convencionais, além de estaleiro e base naval específicos para suporte a esse tipo de equipamento.

O crédito viabilizará contratos, a serem firmados com a França, visando à transferência de tecnologia de construções de submarinos para o Brasil.

Aprovada proposta para redução do superávit fiscal do governo

O Congresso também aprovou proposta visando reduzir o superávit fiscal do governo para 2,5% do PIB, em 2009, em relação aos 3,8%, praticados no Orçamento de 2008. O superávit é o resultado da diferença entre receitas e gastos do governo, excetuando as despesas com juros da dívida pública.

A proposta original do governo previa uma economia de R\$ 28,5 bilhões, a serem alocados para o atendimento de despesas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC). No entanto, o Congresso aceitou, por acordo partidário feito na Comissão Mista de Orçamento (CMO), limitação a apenas R\$ 15,5 bilhões.

Ao debater a questão, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) disse que o governo pretendia não cumprir a essência da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ao usar recursos excedentes do exercício de 2009, como base de cálculo para o superávit primário de 2010. A proposta segue para a sanção presidencial.

Requerimento de CPI para investigar MST é lido

Na sessão de ontem do Congresso, foi lido o pedido de criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar o repasse de dinheiro público para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O requerimento é de autoria da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), entre outros parlamentares.

De acordo com ela, as investigações deverão ter por alvo denúncias publicadas pela revista *Veja* e pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o financiamento público do MST, que usaria os

recursos para a invasão de terras e prédios públicos.

Kátia Abreu informou que foram colhidas 192 assinaturas na Câmara e 34 no Senado, o que demonstra a indignação do Congresso contra o que ela define como abusos cometidos pelo MST.

Sobre a CPI que tratou do mesmo assunto em 2003, a senadora afirmou que as ações sugeridas por aquela comissão para punir ilicitudes nunca foram implementadas. Ela disse que "a arrecadação de impostos no Brasil recai sobre quem trabalha

mais e ganha menos e, enquanto isso, o dinheiro dos impostos é repassado para o MST realizar invasões de terra".

Amparada em informações dos jornais, a senadora afirmou que os últimos repasses para o MST foram de mais de R\$ 60 milhões – R\$ 40 milhões oriundos da União e R\$ 20 milhões de organizações não governamentais estrangeiras, que também serão rastreadas pela CPI mista.

– Queremos saber se houve registro desses repasses na Receita Federal e a origem deles – disse Kátia Abreu.

Advogado foi sabatinado pela CCJ e recebeu a aprovação da comissão e do Plenário. Toffoli, que trabalhou para o PT, disse que será "absolutamente isento" no tribunal

Senado aprova indicação de Toffoli para o Supremo

CUM 58 VOTOS favoráveis, 9 contrários e 3 abstenções, o Plenário aprovou ontem a indicação de José Antonio Dias Toffoli para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A aprovação ocorreu após mais de oito horas de sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A indicação de Toffoli – feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva – visa ocupar a vaga aberta no Supremo com a morte do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, ocorrida no início de setembro.

– Podem ter certeza que terei um comportamento absolutamente isento e imparcial, porque meus compromissos serão com a Constituição federal e com a minha consciência – afirmou Toffoli, que atualmente é o advogado-geral da União.

Entre os senadores que parabenizaram Toffoli em Plenário,

estavam Aloizio Mercadante (PT-SP), Delcídio Amaral (PT-MS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Realizada pouco antes da aprovação em Plenário, a votação na CCJ apresentou o seguinte resultado: 20 votos favoráveis à indicação e 3 contrários.

Durante sua exposição à comissão, Toffoli fez um histórico do constitucionalismo brasileiro. Disse que o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto têm colaborado para diminuir a litigiosidade e conflituosidade, mas apontou a necessidade de esforço maior desses Poderes – o Legislativo para fazer leis e o Executivo para executá-las – para que somente cheguem à última instância do Poder Judiciário os problemas realmente sem solução.

Toffoli, 41 anos, é formado em Direito pela Faculdade do

Largo de São Francisco, que integra a Universidade de São Paulo. Já ocupou os cargos de subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, chefe de gabinete da Secretaria de Implementação das Subprefeituras do Município de São Paulo, assessor jurídico da Liderança do PT na Câmara dos Deputados e assessor parlamentar na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Na iniciativa privada, foi sócio dos escritórios Toffoli & Rangel Advogados e Toffoli & Telesca Advogados Associados, além de ter exercido a advocacia em São Paulo entre os anos de 1991 e 1995. Na área acadêmica, atuou como professor de Direito Constitucional e de Direito de Família no Centro de Ensino Unificado de Brasília (Uniceub) e de Direito Constitucional na escola da Associação dos Magistrados do Distrito Federal.



Dornelles (F), Toffoli, Demostenes e Wellington Salgado na CCJ: indicado opinou sobre aborto e casamento homossexual

Futuro ministro aborda assuntos polêmicos

Na sabatina na CCJ, o advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, não evitou responder perguntas ou mesmo se posicionar sobre assuntos polêmicos, como a legalização do aborto e o casamento entre homossexuais. O indicado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal declarou-se católico apostólico romano, mas garantiu que vestindo a toga de juiz agirá de acordo com a Constituição e não de acordo com a sua fé.

Toffoli disse que é contra o aborto e não imagina que alguém seja favorável. Ele lembrou que a legislação prevê apenas duas hipóteses em que o aborto é permitido: quando há risco de vida para a gestante e quando a gravidez é originária de estupro. Em sua opinião, a sociedade brasileira deveria discutir quais os mecanismos mais eficientes para combater o aborto, pois a criminalização não é o instrumento mais eficaz.

Em relação ao casamento entre homossexuais, o advogado assinalou que a Constituição específica que é dever do Estado promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça,

sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Toffoli disse que a homossexualidade é um fato social e deveria ser reconhecido pelo Estado, uma vez que este não faz qualquer distinção na hora de cobrar impostos. Toffoli, no entanto, afirmou que a adoção de crianças por casais homossexuais seria "um segundo debate" e merecia uma reflexão maior de toda a sociedade brasileira.

No caso das células embrionárias utilizadas para pesquisa científica, Toffoli afirmou que, como advogado-geral da União, defendeu posição favorável a essas pesquisas.

Mensalão

Toffoli também respondeu perguntas sobre o escândalo do mensalão. Na ocasião, ele ocupava o cargo de subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Na mesma época, o ministro da Casa Civil era José Dirceu. Toffoli disse que nunca ouviu falar em mensalão enquanto esteve no cargo. Ele lembrou que o caso foi examinado por uma comissão parlamentar de inquérito, investigado pela Polícia Federal

e pelo Ministério Público Federal, e alvo de denúncia do procurador-geral da República ao STF.

– E nunca meu nome foi citado sequer como ilação, porque eu desconhecia qualquer situação relativa a isso, nem conheço o processo que tramita no STF.

O advogado também explicou que não ficou ao lado de torturadores, mas ao lado da União, quando defendeu a não abertura de processo contra os torturadores da ditadura militar. Ele explicou que, na época, não havia lei – nem mesmo a Lei de Anistia – que colocasse aqueles crimes como emprestatários e que um dos maiores princípios do Direito Penal é que a lei não pode retroagir, a não ser em benefício do acusado.

Sobre os chamado candidatos com "ficha-suja", Toffoli afirmou que não há como impedir essas candidaturas enquanto viger a lei que define a necessidade de sentença transitada em julgado para que a pessoa seja impedida de se candidatar. Ou seja, para ele, apenas a condenação em primeira instância não é suficiente para proibir a candidatura do acusado.



Indicação de Toffoli para o Supremo Tribunal Federal recebeu apoio da maioria dos senadores da base do governo e da oposição, mas requerimento sobre Honduras provocou mais uma vez divergências

Polêmica impede votação de censura a cerco da embaixada em Honduras

Requerimento aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional divide opiniões de senadores e deixa de ser votado em Plenário pela segunda vez

O REQUERIMENTO PARA que o Senado apresente um voto de censura e repúdio ao cerco militar da embaixada brasileira em Honduras – onde está abrigado o presidente deposto daquele país, Manuel Zelaya – provocou polêmica na noite de ontem e, por isso, acabou não sendo votado. É a segunda vez que o requerimento, já aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), deixa de ser votado em Plenário por falta de consenso.

Ao se opor à aprovação da proposição, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) afirmou que "o requerimento não apoia o governo e seu ponto principal é o repúdio ao cerco militar da embaixada". Azeredo lembrou ainda que a nota foi ampliada para condenar "o uso da embaixada como palanque político para Zelaya".

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, discordou de Demostenes, argumentando que "o requerimento não apoia o governo e seu ponto principal é o repúdio ao cerco militar da embaixada". Azeredo lembrou ainda que a nota foi ampliada para condenar "o uso da embaixada como palanque político para Zelaya".

Entre os senadores que se manifestaram a favor do requerimento, estavam Flávio Arns (sem partido-PR), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Renato Casagrande (PSB-ES) e Wellington

Salgado (PMDB-MG). – É uma pena que o Senado não possa condenar o cerco muito mais por motivos internos do que externos – disse Renato Casagrande. Assim como Demostenes, Heráclito Fortes (DEM-PI) pediu que o requerimento não seja votado da forma como está. Ele reiterou que a nota de repúdio acaba por referendar "a política errada da diplomacia brasileira" e sugeriu uma nova reunião para que se altere o texto.



Heráclito afirma que governo brasileiro sabia da intenção de Zelaya de voltar a Honduras

Mercadante defende o apoio do governo a Zelaya

O líder do Bloco de Apoio ao Governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu ontem a decisão do governo brasileiro de abrigar Manuel Zelaya.

Mercadante destacou o fato de o Itamaraty, ao conceder o asilo a Zelaya, não ter feito qualquer avaliação de mérito do governo do presidente deposto, mas apenas ter buscado defender os valores universais da democracia, o princípio do respeito à liberdade de expressão, a legitimidade do voto e a separação dos Poderes.

– O Brasil acolheu o presidente da República que foi eleito pelo povo hondurenho e que foi deposto. Qual país, qual embaixada não acolheria? Acolheu e tinha que acolher, ainda mais um país como o nosso em que muitas lideranças tiveram que se abrigar em embaixadas. Muitas lideranças, tanto no Brasil quanto especialmente no golpe do Chile, ficaram mais de ano trancadas em uma embaixada sem ter o direito de voltar para casa, de ter o salvo-conduto, de recuperar a sua cidadania, para não serem torturados, presos, para não serem, como muitos o foram, mortos pelo golpe militar de Pinochet – disse.

Mercadante ressaltou a condenação unânime da comunidade internacional ao golpe militar em Honduras. Ele mencionou o pronunciamento, na terça-feira, do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, condenando o golpe e defendendo o governo brasileiro pela decisão de conceder abrigo a Zelaya.



Governo brasileiro está correto em abrigar o presidente deposto Manuel Zelaya, diz Azeredo

Azeredo aponta uso político de embaixada em Tegucigalpa

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que é preciso acabar com o uso político da embaixada brasileira em Tegucigalpa, Honduras. Segundo o senador, o governo deve insistir na desocupação da embaixada, onde se alojou o presidente deposto daquele país, Manuel Zelaya.

Azeredo observou que o governo está correto em abrigar o presidente deposto e disse acreditar na palavra do chanceler Celso Amorim, segundo o qual o Executivo não conhecia previamente a intenção de Zelaya de se abrigar na embaixada.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador destacou ter visto com satisfação a preocupação de parlamentares brasileiros com o fechamento de rádios em Honduras. E ressaltou que quer ver essa preocupação se estender à Venezuela.

Grupo inicia debate sobre marco para biocombustível

Senadores e especialistas destacam que regulação do setor deverá estar atualizada com o que outros países vêm determinando, inclusive quanto a questões ambientais

A elaboração de um marco regulatório para os biocombustíveis deve levar em conta o que já vem ocorrendo em outros países nesse setor, disse Gilberto Goellner (DEM-MT) na primeira reunião promovida pelo grupo de trabalho que, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), discutirá um marco para o setor.

Na opinião do senador, as regras para os biocombustíveis devem levar em conta também o esforço feito pelo Brasil na busca de parceiros internacionais, como a Índia e a África do Sul, para o desenvolvimento de uma nova matriz energética.

Delcídio Amaral (PT-MS) propôs que a tributação do setor também seja incluída no marco regulatório.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que o grupo de trabalho precisa contar com representantes da Embrapa, do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, uma vez que esses órgãos possuem resoluções internas sobre a matéria. Além disso, afirmou, o Brasil também conta com um conjunto de regras sobre geração de energia que precisam ser aperfeiçoadas.

O representante do Ministério de Minas e Energia, Ricardo Dornelles, lembrou que o órgão participou recentemente, sob a

coordenação da Casa Civil, da discussão de um projeto para adequar o etanol à Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), embora o debate "não tenha produzido qualquer resultado". Ele afirmou que o marco do biodiesel é recente, mas observou que o do etanol "é uma colcha que tem 30 anos de decretos, leis e emendas". Segundo ele, a legislação atual trata o álcool como um produto agrícola, e não de energia, o que não ocorre com o biodiesel. O representante da Agência Nacional do Petróleo,

Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Luiz Fernando Coelho, disse que as diferenças na regulamentação do biodiesel e do etanol limitam a atuação da autarquia.

João Norberto Neto, da Petrobras Biocombustível, observou que as diretrizes europeias sobre o setor precisam ser vistas, pois podem "abrir ou fechar" o mercado mundial para o biocombustível nacional.

O consultor do Senado Fernando Távora defendeu a utilização dos recursos oriundos da jazida petrolífera do pré-sal em investimentos em biomassa. Representantes do Ministério da Agricultura e da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) também participaram do debate.

Grupo pretende apresentar à CI, até o final do ano, projeto preliminar que depois vai a exame do Plenário



Delcídio Amaral (F), Inácio Arruda e Gilberto Goellner em grupo de trabalho da CI

Sarney promete apoiar movimento pela reforma psiquiátrica

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, e integrantes da Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial preocupados com a tramitação de projetos favoráveis ao retorno dos tratamentos invasivos e das internações de doentes mentais.

– Quando esses projetos chegarem ao Senado, garanto que tomo conta deles – prometeu Sarney.

Humberto Verona disse que a Lei 10.216/01, que fixa critérios para a progressiva extinção dos manicômios, "é alvo de um lobby médico altamente agressivo interessado em modificá-la". – Essa mobilização nacional é uma manifestação em favor da reforma psiquiátrica no Brasil, para pedir que a Lei 10.216/01 seja mantida e que, em vez de retroceder, ela avance e acabe com a possibilidade de hospitais submeterem pessoas a condições subumanas de

tratamento – frisou. Também presente à audiência, o vice-coordenador do Fórum Mineiro de Saúde Mental, Paulo José Azevedo, disse que essa luta contra os manicômios é um combate por inclusão social. – Somos protagonistas de uma luta contra a Associação Brasileira de Psiquiatria, que é a favor dos manicômios, que quer nos tratar como números e que deseja nos desarticular em nome do capital. Queremos nos inserir na

sociedade como cidadãos. E lutar aqui é mostrar que estamos organizados. O objetivo da marcha é induzir a sociedade a abandonar a ideia da internação e adotar a perspectiva de recuperação do doente pela inserção na família, no trabalho e na sociedade. O movimento deseja que a estrutura de atendimento em meio aberto seja de fato implementada e orientada por diretrizes definidas pelos serviços públicos de saúde.



Presidente do Senado recebe integrantes de movimento pela extinção progressiva dos manicômios



Marisa diz que avanço da sociedade depende de melhoria na educação

Marisa Serrano lamenta aumento de analfabetos

Ao comentar os resultados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada no início de setembro, Marisa Serrano (PSDB-MS) manifestou preocupação com dados relativos à educação que revelaram um aumento de 113 mil no número de analfabetos com mais de 15 anos, entre 2007 e 2008.

Marisa Serrano frisou que da melhoria da educação depende o avanço da sociedade e o desenvolvimento do país. Ela acrescentou que, sem educação para o povo, o Brasil não pode aspirar à condição de país de primeiro mundo.

Papaléo cobra medidas para melhorar educação

Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou ontem medidas efetivas para aprimorar a educação no Brasil. O senador mencionou especificamente a necessidade de melhorar as condições de trabalho dos professores.

Conforme o senador, a qualidade do trabalho do professor relaciona-se com o seu nível da escolaridade, o ambiente de trabalho, a infraestrutura das escolas, a experiência de magistério e a valorização da carreira.

– A soma desses fatores eleva a autoestima do professor, beneficia os alunos e aumenta a qualidade do ensino – disse.



Papaléo Paes defende valorização da atividade dos professores

Representantes da empresa sueca Saab e autoridades do país falam hoje a senadores sobre equipamentos de combate que poderão ser adquiridos pela Força Aérea Brasileira

Comissões ouvem proposta da Suécia sobre aeronaves

O SECRETÁRIO DE Estado da Defesa da Suécia, Hákan Jevrell; o chefe da Divisão de Assuntos Militares do Ministério da Defesa da Suécia, Hákan Nilsson; o presidente mundial da Empresa SAAB, Ake Svensson; e o encarregado de Negócios da Embaixada da Suécia, Christian de Filippi, serão recebidos hoje no Senado para falar sobre a proposta de seu país para suprir a demanda brasileira por aviões de combate, e sobre licitação realizada pela Força Aérea Brasileira (FAB), destinada à aquisição de 36 caças.

Eles serão recebidos pelos

presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Ontem, em reunião da CCT, Flexa Ribeiro lembrou que a empresa norte-americana Boeing, que também participa da disputa, já expôs a sua proposta ao Senado, e que a aquisição das aeronaves deverá envolver a transferência de tecnologia ao Brasil. Ele destacou que a autorização para o financiamento

será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A empresa francesa Dassault também está na disputa pela venda das aeronaves.

Gerson Camata (PMDB-ES) ponderou que “o Legislativo precisa meditar sobre o enorme gasto que envolverá essa aquisição”, e que, segundo o senador, é de R\$ 32 bilhões. Para Papaléo Paes (PSDB-AP), embora os equipamentos sejam de ponta, não serão suficientes para dar mais segurança ao país e servirão apenas como “paliativo” para as Forças Armadas.



Flexa Ribeiro, presidente da CCT, lembra que uma empresa americana e uma francesa também estão na disputa

Nome de dublador deverá constar de obra audiovisual

O nome dos dubladores deverá ser incluído na relação de profissionais que contribuíram para a elaboração de obra audiovisual. A proposta (PLC 100/09), do deputado falecido Clodovil Hernandes, foi aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O projeto altera a Lei do Direito Autoral (Lei 9.620/98), a qual já determina que, em cada cópia da obra, o produtor deve mencionar, entre outras informações, o diretor, os demais coautores e os artistas intérpretes.

Em seu relatório na CCT, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) argumenta que os dubladores são importantes para a finalização de uma obra audiovisual e, portanto, têm papel equivalente ao de autores ou artistas intérpretes.

O projeto foi aprovado em decisão terminativa.

CCT vai debater modelo digital para rádios

A urgente definição do modelo de digitalização de rádio no Brasil será debatida em audiência pela CCT, conforme requerimento de Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

A comissão deverá debater ainda, junto com a de Meio Ambiente (CMA), a experiência na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra I e Angra II. O requerimento é de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Uma terceira audiência aprovada pela CCT debaterá a proposta que prevê a substituição do recolhimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) das empresas sobre a folha de pagamento por uma contribuição de 0,5% sobre a movimentação financeira. A audiência, requerida por Renato Casagrande (PSB-ES), deve ser realizada em conjunto com comissões da Câmara dos Deputados.

Anvisa poderá firmar convênios para trabalhos

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou projeto que assegura base legal para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) possa realizar cooperação institucional, mediante convênios, com universidades públicas e organismos internacionais com os quais o Brasil mantém acordos para execução de trabalhos técnicos e científicos, inclusive os de caráter econômico e jurídico.

O projeto (PLC 73/09) foi relatado por Papaléo Paes (PSDB-AP). O senador disse que a Anvisa tem por competência fiscalizar e promover o controle de “um leque imenso de produtos”. O projeto foi aprovado em caráter terminativo.

A CCT aprovou também 59 projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio.



Osmar quer profissionalização para filho de beneficiário do Bolsa Família

Osmar: capacitação deve ser porta de saída da pobreza

Osmar Dias (PDT-PR) sugeriu que o governo invista na capacitação dos jovens das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família como forma de combater a dependência dessas pessoas em relação ao Estado.

O senador sugeriu que, a partir do momento em que os filhos dessas famílias atingirem a idade de ingressar no mercado de trabalho, a contrapartida para permanecer no programa seja a frequência num curso de capacitação profissional a ser oferecido pelo Estado.

– Que os filhos dos que hoje precisam do Bolsa Família amanhã não precisem mais – disse Osmar Dias.

Ideli: pesquisa da Fiesp mostra força do Brasil

Ideli Salvatti (PT-SC) citou ontem pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realizada em 43 países que coloca o Brasil em 12º lugar na resistência à crise econômica internacional. O país ficou à frente dos Estados Unidos, da França, da Alemanha e do Reino Unido.

A pesquisa, que comparou indicadores como o nível de atividade econômica e o mercado de trabalho no primeiro trimestre deste ano, apontou a China como o país mais resistente à crise, cabendo à Rússia a última posição, ressaltou a parlamentar.



Ideli lembra que Brasil aparece à frente de EUA, França e Alemanha

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cicero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Papaléo Paes • Mão Santa • Paulo Paim • Osvaldo Sobrinho • Flávio Torres • Jefferson Praia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Kátia Abreu diz que retaliação não impedirá investigação do MST

Kátia Abreu cobra explicações de João Pedro

Kátia Abreu (DEM-TO) pediu ontem, em Plenário, que o senador João Pedro (PT-AM) explicasse o motivo da apresentação de requerimento para realização de auditoria no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), entidade que ela coordena por ser presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A senadora acredita que a atitude foi uma forma de retaliação à apresentação de requerimento para criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar o repasse de dinheiro público para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O requerimento, assinado por ela e por outros parlamentares, foi lido ontem.

Kátia Abreu afirmou que "atos de retaliação não vão nos impedir de investigar o MST" e que espera a colaboração do Incra nas investigações.



Projeto de Flávio Torres proíbe uso da ADPF para modificar decisões

Flávio Torres quer preservar decisões judiciais

Flávio Torres (PDT-CE) informou ao Plenário ter apresentado projeto de lei acrescentando parágrafo ao artigo 1º da Lei 9.882/99, que regulamenta o uso da arguição de descumprimento de preceito fundamental, conhecida pela sigla ADPF. O projeto proíbe o uso desse instrumento para modificar decisões judiciais protegidas pelo chamado "instituto da coisa julgada".

O senador explicou que, em tese, "a ADPF serviria para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público, em particular no caso de ser relevante o fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal". Mas a ADPF estaria servindo, na prática, "apenas para que autoridades governamentais protelem o cumprimento de decisões judiciais".

Tribunal de Contas da União aponta irregularidades em 41 obras, das quais 13 são do PAC; Sarney diz que Legislativo poderá acatar recomendações do TCU

Sarney recebe relatório que pede paralisação de obras

acompanhado DO MINISTRO Aroldo Cedraz, relator da matéria, o presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, entregou, na manhã de ontem, ao presidente do Senado, José Sarney, o relatório que consolida a fiscalização de obras do governo em 2009, conhecido como Fiscobras. Elaborado para informar ao Legislativo a situação dessas obras – 219 empreendimentos foram investigados –, o documento recomenda a paralisação de 41 delas, sendo 13 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segundo Ubiratan Aguiar, ao receber o documento, Sarney disse que o TCU vem caracterizando gradativamente sua ação pela excelência na fiscalização sobre os gastos públicos. Pouco antes de receber os ministros, Sarney declarou à imprensa que, se as irregularidades apontadas pelo tribunal tiverem procedên-



Sarney (2º à dir.) conversa com Ubiratan, acompanhado de Aroldo (E) e Ricardo

cia, certamente o Legislativo acatará as recomendações feitas pelo documento.

O Fiscobras foi aprovado ontem, em sessão plenária do TCU, quando o ministro Aroldo Cedraz informou que, entre as 99 obras do PAC fiscalizadas, 13 apresentaram irregularidades que recomendavam paralisação, segundo critérios da Lei de Dire-

trizes Orçamentárias (LDO).

Entre as obras do PAC com recomendação de paralisação, estão a construção da Refinaria Abreu e Lima, no Recife; a distribuição de energia elétrica do Programa Luz para Todos, no Piauí; a reforma e a ampliação do Aeroporto de Guarulhos (SP); e a linha 3 do metrô, em Niterói (RJ).

Mesquita Júnior defende o trabalho de fiscalização do TCU

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defendeu ontem o trabalho de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), que divulgou na terça-feira relatório apontando irregularidades em 41 obras do governo. Para ele, o trabalho do tribunal é profundo e minucioso.

– O TCU vai no olho da questão. Não é uma fiscalização superficial – disse.

O senador mencionou que em seu estado foram apontadas

irregularidades em 27 contratos de obras referentes a construção e recuperação de estradas e saneamento básico.

O parlamentar criticou o PT porque, segundo ele, setores do partido "querem ver fechado o TCU", uma vez que têm reclamado dos trabalhos do tribunal.

Em apertes, Marisa Serrano (PSDB-MS), Alvaro Dias (PSDB-PR), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Raimundo Colombo (DEM-SC)



Mesquita Júnior afirma que setores do PT querem o fechamento do TCU

também defenderam o TCU e censuraram o governo por suas críticas ao tribunal.

Tião Viana apoia nova contribuição para a saúde



Tião Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) destacou ontem artigo do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, publicado recentemente segundo o qual o setor precisa de mais recursos públicos, o que poderia ser obtido

com a aprovação da Contribuição Social para a Saúde (CSS), que substituiria a CPMF, extinta em 2007. Conforme o senador, o problema da saúde não é questão de gestão. Ele mencionou redução de gastos da ordem de R\$ 400 milhões, anunciada por Temporão.

O artigo do ministro demonstra, segundo Tião Viana, o alto custo individual do sistema de saúde atestado com dados fornecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que aponta gastos anuais de R\$ 1.428 por associado de planos e seguros de saúde, enquanto a rede pública, com uma rede mais ampla de serviços, tem gasto médio *per capita* de R\$ 675.

Pesca

Em referência à 3ª Conferência de Aquicultura e Pesca, Tião Viana disse que o Brasil pretende aumentar em 40% a produção de pescado até 2011, com a adoção de política de recuperação do estoque de peixes na costa brasileira.

Paim busca criação de frente do pré-sal e da Previdência



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que está recolhendo assinaturas no Congresso Nacional para apoiar a criação de uma frente parlamentar em defesa do pré-sal e da Previdência. O objetivo, informou, é reivindicar que

parte dos recursos provenientes da exploração do pré-sal – estimados em mais de R\$ 15 bilhões – seja destinada ao custeio da Previdência Social.

Paim ressaltou que medida similar foi adotada quando cota da venda dos derivados do petróleo foi destinada à Previdência. O senador argumentou que desde a década de 1930 os recursos da Previdência foram aplicados em outras áreas, como na Companhia Vale do Rio Doce, na Transamazônica, na Companhia Siderúrgica Nacional, na Ponte Rio-Niterói, na construção de Brasília e em Itaipu. A Previdência também é afetada, ressaltou Paim, porque a União e a maioria dos municípios não pagam as contribuições previdenciárias.

– Sempre houve forte ligação entre Previdência e política econômica. Os recursos eram frequentemente solicitados para investimento em setores de rentabilidade duvidosa dentro de um leque que ia do clientelismo à corrupção.



Raimundo Colombo defende liberação mais rápida de recursos

Apelo em favor de cidades atingidas por calamidade

Em discurso no Plenário, Raimundo Colombo (DEM-SC) apelou ontem às autoridades pela liberação mais rápida de recursos federais para as cidades em situação de calamidade devido às chuvas e aos tornados que atingiram Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

– O mais grave foram os deslizamentos de terra e a instabilidade do solo. Com o excesso de chuvas, a instabilidade volta e cria um clima de insegurança, que exige do poder público uma série de ações – explicou.

Embora considere louvável a liberação de R\$ 1 bilhão para o FPM, o senador fez a ressalva de que esses recursos são insuficientes para atender às necessidades dos 5.564 municípios. Ele observou que o município de Lages (SC), do qual foi prefeito e que tem 160 mil habitantes, receberá R\$ 300 mil, valor muito aquém do necessário.

Cavalcanti deseja ouvir Anac sobre segurança de voo

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou ontem que pretende propor a realização de audiência pública com os diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para tratar das providências que estão sendo adotadas em relação à segurança na aviação civil no Brasil. O senador se disse preocupado com dados divulgados pela própria agência, no último dia 16, indicando que o índice de mortes em acidentes aéreos no país é quatro vezes superior à média mundial.

Essa média, segundo o Relatório de Segurança Operacional 2008 citado pelo parlamentar, é de 0,4 acidente para cada 1 milhão de decolagens. No Brasil, é de 1,76 por milhão. O aumento dos acidentes entre 1999 e 2007 está na contramão da situação mundial, que apresentou decréscimo no mesmo período, observou o senador.



Dados divulgados pela Anac preocupam Roberto Cavalcanti



João Pedro lembra os resultados do texto legal que completou dez anos

João Pedro destaca lei que pune a compra de votos

Ao comentar o artigo "A Lei da Compra de Votos", do advogado Lino Chixaro, publicado no *Diário do Amazonas*, João Pedro (PT-AM) destacou os resultados dos dez anos de aplicação da Lei 9.840/99, que pune a compra de votos e o uso eleitoreiro da máquina administrativa.

Na última terça-feira, em sessão especial, o Senado comemorou os dez anos da lei, a primeira aprovada no Congresso fruto de iniciativa popular. Desde a sua aprovação, salientou o senador, citando dados do Tribunal Superior Eleitoral, foram cassados mais de 460 prefeitos e vice-prefeitos.

– Precisamos aperfeiçoar regras que possam dar equidade, legitimidade e transparência ao processo eleitoral – disse.

João Pedro lembrou que, em 2010, o país terá uma eleição que ele classificou como "importante e histórica".

Jefferson defende exigência de ficha limpa de candidato

Jefferson Praia (PDT-AM) manifestou ontem apoio ao projeto de lei de iniciativa popular que torna inelegível candidato condenado em primeira instância ou denunciado por crimes como improbidade administrativa, uso de mão-de-obra escrava e estupro. O senador lembrou que a proposta foi entregue terça-feira à Câmara. A iniciativa partiu do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

– Não podemos permanecer surdos ao clamor pela restauração da ética na política, sob pena de sermos considerados cúmplices no processo de deslegitimação das instituições representativas da democracia.

Jefferson disse ver no projeto uma "grandiosa oportunidade de resgatar a confiança dos brasileiros na classe política e no Congresso Nacional".



Jefferson: projeto é de iniciativa popular e foi apresentado à Câmara

Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou criação da Política Nacional de Abastecimento, que visa à ampliação do acesso a alimentos saudáveis pela população

Alimentação de qualidade pode virar política pública

PROPOSTA QUE INSTITUI a Política Nacional de Abastecimento (PNA), com o propósito de assegurar à população oferta de alimentos e de insumos indispensáveis à produção de produtos alimentícios, foi aprovada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Os senadores acolheram texto elaborado pelo relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), alternativo à proposta (PLS 51/08) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Goellner acrescentou três objetivos à PNA: ampliar o acesso da população a alimentos de qualidade, promover a alimentação saudável e valorizar formas sustentáveis de produção e comercialização de alimentos.

Quando aos princípios que norteiam a PNA, adicionou o estímulo às atividades cooperativistas. Também incluiu o poder público, além da iniciativa priva-

da, no item relativo ao incentivo à expansão e à melhoria das condições técnicas da rede de abastecimento.

– Busca-se a garantia da segurança alimentar da população, além do acesso a outros bens igualmente vitais, como energia e medicamentos – afirmou.

O projeto segue agora para análise das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – nessa última,



Goellner, entre Papaléo e Jefferson Praia, ampliou proposta

o texto terá decisão terminativa.

Zona Franca

A CDR aprovou proposta (PLS 346/09) do senador Expedito Júnior (PR-RO) segundo a qual a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim (RO) passa a ter os mesmos incentivos fiscais e tributários para produzir bens eletroeletrônicos que o Polo Industrial de Manaus. O relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), avalia que isso irá alavancar o desenvolvimento da região.

A comissão também aprovou projeto (PLS 353/09) do senador licenciado Jayme Campos (DEM-MT) que cria zona de processamento de exportação (ZPE) em Rondonópolis (MT). O relator, Gilberto Goellner, salientou a posição estratégica de Rondonópolis, próxima ao entroncamento das rodovias BR-163 e BR-164.

Relator aguarda estudos sobre películas em carros

O senador Augusto Botelho (PT-RR), relator do projeto de lei que regula o uso de películas em automóveis, decidiu aguardar estudos mais aprofundados quanto à segurança do acessório antes de apresentar seu parecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em debate na comissão, o diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Alfredo da Silva, defendeu a rejeição do projeto (PLC 5/07), do então deputado Capitão Wayne. Para Silva, os níveis já adotados por resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) garantem segurança a motoristas e pedestres.

O diretor de Operações do Centro de Experimentação e Segurança Viária, José Aurélio Ramalho, afirmou que, de acordo com estudos realizados pela entidade, a película prejudica a visibilidade do motorista à noite. Ele disse não ser contrário ao uso do acessório, desde que es-

tudos aprofundados determinem o nível de transparência seguro.

Já o professor de Direito de Trânsito da Faculdade de Direito de Curitiba, Marcelo José Araújo, sugeriu a elaboração de lei para tratar do assunto, pois a regulação por meio de resolução do Contran, em sua avaliação, pode gerar instabilidade jurídica.

O presidente da Associação Nacional das Empresas de Películas Protetoras (Anep), Guilherme Ribeiro de Oliveira, defendeu a aprovação do projeto para que a legislação determine a reflexibilidade segura.



Na CAS, Oliveira (E), Silva, senador Paulo Paim, Ramalho e Araújo

Dívida de estudante é tão importante quanto a agrícola, diz Arns

O endividamento dos estudantes de nível superior que contraíram empréstimos por meio do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) deve ser acompanhado pelo menos com a mesma atenção que despertou o endividamento agrícola, disse ontem o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Flávio Arns (sem partido-PR), ao abrir uma audiência pública sobre o tema.

– A dívida dos estudantes é ainda mais importante, pois o patrimônio maior de um país é a formação, o conhecimento – afirmou Arns.

O Fies atende a aproximadamente 500 mil estudantes, o equivalente a 5% do total de alunos no país, segundo Jorge Pedro de Lima Filho, representante da Caixa Econômica Federal. Outros 9% são atendidos pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). O atual saldo a pagar do Fies é de R\$ 5 bilhões.

Autor do requerimento para a

audiência, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o governo "se curvou" à pressão dos ruralistas, cuja dívida chegava a R\$ 75 bilhões. Embora a dos estudantes seja menor, observou, trata-se de problema "tremendamente importante".

A diretora de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior do Minis-

tério da Educação, Paula Branco de Mello, disse que o ministério está "sensível à questão". O diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, sugeriu alternativas como o pagamento dos empréstimos por meio de prestação de serviços à sociedade. A procuradora Mariane Guimarães de Mello

Oliveira, da Procuradoria da República em Goiás, concordou com a sugestão de pagamento por serviços.

Para Gilberto Goellner (DEM-MT), a criação de um fundo de aval poderia aperfeiçoar o Fies. Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) defendeu a anistia dos estudantes endividados. Cícero Lucena (PSDB-PB) lembrou que os estudantes que buscam o Fies não têm renda suficiente ou fiador, motivo pelo qual poderiam pagar os empréstimos com estágios no serviço público. Segundo Sérgio Zambiasi (PTB-RS), já houve brigas em família por causa da cobrança de dívidas dos fiadores.



Flávio Arns (C) preside audiência na Comissão de Educação



Márcio Pochmann: Brasil vai superar pobreza absoluta na próxima década

Senado comemora os 45 anos de criação do Ipea

Os 45 anos de criação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foram comemorados ontem pelo Plenário do Senado. Compete ao Ipea, vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, dar suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

Para Mão Santa (PSC-PI), que presidiu a sessão especial, o Ipea é peça fundamental para que o país cresça de forma sustentável e ingresse em uma nova era de crescimento e prosperidade, com distribuição de renda.

No entender de Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento de homenagem, o Ipea sempre trabalhou pelo desenvolvimento com inclusão social e pela defesa da cidadania.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) enalteceu a figura do criador do Ipea, o ex-ministro e ex-senador Roberto Campos. E lembrou que o instituto representa uma nova era no planejamento, na análise, no diagnóstico e na formulação de propostas para construir um país forte e equilibrado.

José Nery (PSOL-PA) disse esperar que as orientações formuladas pelo Ipea possam servir para "incluir a grande maioria da população no processo de desenvolvimento".

O presidente do Ipea, Márcio Pochmann, depois de prever que na próxima década o Brasil terá superado a pobreza absoluta, lembrou que o instituto é considerado um dos maiores centros de produção, de estudos e de conhecimento do mundo.